

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL

*Sizenana Maria da Silva (UEMS)*  
*suzi2010.maria@hotmail.com*

*Sônia Filiú Albuquerque Lima (UEMS)*  
*soniafiliu67@gmail.com*

### RESUMO

Este artigo tem como finalidade ressaltar a importância da educação para todos, tendo como foco de pesquisa o tema Educação Inclusiva no Ensino Fundamental, abordando em especial como se dá a aprendizagem do aluno portador da Síndrome de Down, as dificuldades e os pontos positivos que essa interação produz. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, assegurando uma educação de qualidade, respeitando o ritmo de aprendizagem e as habilidades de cada aluno. Com um currículo que mantenha uma educação de qualidade a todos, onde todas as modificações organizacionais e as estratégias de ensino estejam voltadas a atender todos os alunos, bem como a família e a comunidade. É importante que todos os alunos com necessidades especiais recebam apoio extra sempre que necessário, para que ocorra uma educação efetiva dentro das escolas. A partir da Declaração de Salamanca efetivou-se o compromisso de garantia dos direitos educacionais, que proclama as escolas regulares inclusivas como o meio mais eficaz de combater a discriminação e determina que as escolas devam acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas.

**Palavras-Chave:** Educação; Inclusão; Síndrome de Down.

### INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva pode ser definida como o acolhimento gerador de condições para a pessoa com deficiência exercer seus direitos no que tange ao cumprimento da inclusão escolar, isso se refere também a todos os indivíduos, sem distinção de cor, raça, etnia ou religião.

Inclusão é poder interagir com o outro, sem que haja nenhuma separação de categorias de aprendizagem, trata-se de um regime escolar único capaz de atender a toda a sociedade, revendo primeiramente nossos preconceitos, para que então possamos ser cidadãos atuantes nesta reforma em qualquer instituição escolar que estejamos inseridos.

Estamos vivendo em uma sociedade que está em constante transformação, onde existe uma fonte de paradigmas geradores de medos, este artigo sugere então que nós educadores em formação ousemos, buscando alternativas que darão norte na prática educativa, resultando numa educação que vá além de conteúdos, mas que forme seu educando para a vida.

A inclusão das pessoas portadoras de necessidades educativas especiais vem sendo discutida constantemente no ambiente escolar, com a proposta de acesso e permanência dos alunos especiais na escola, contribuindo para a melhoria do atendimento especializado, da capacitação dos docentes e da estrutura organizacional.

## **A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS DO BRASIL**

As Santas Casas de Misericórdia brasileiras começaram a realizar um trabalho de assistência aos doentes psiquiátricos em meados do século XIX, proporcionando a eles, cuidados específicos. O provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira em 1841 começou uma campanha para a criação de um hospício de alienados contando com a contribuição do Imperador Dom Pedro II para a construção do edifício. O Hospício Pedro II, assim denominado, foi o primeiro lugar no Brasil onde doentes psiquiátricos, ficavam sobre a tutela dos médicos da época que tentavam sua reabilitação para a inserção na sociedade. A reabilitação era feita por meio de terapia ocupacional em oficinas de manufatura de calçados, artesanato com palha e alfaiataria.

Durante o Brasil Império, as pessoas com deficiências mais acentuadas, impedidas de realizar trabalhos braçais como a agricultura ou até mesmo os serviços domésticos eram simplesmente segregadas em instituições públicas. As demais continuavam a conviver com suas famílias e não se destacavam muito, uma vez que a sociedade, por ser rural, não exigia um grau muito elevado de desenvolvimento cognitivo.

No início do século XX, a questão educacional se configura mais pelo lado biológico da deficiência do que o uso terapêutico, pois, o avanço da psicologia e das novas teorias de aprendizagem começam a influenciar a educação para a concepção da linha psicopedagógica que ressalta a importância da escola, enfatizando os métodos e as técnicas de ensino.

Os estudos em Educação Especial no Brasil avançam de maneira significativa a partir da década de 1990.

De acordo com os estudos de Mazzotta (2005), é possível destacar três atitudes sociais que marcaram o desenvolvimento da Educação Especial no tratamento dado às pessoas com

necessidades especiais, no que diz respeito às pessoas com deficiência, sendo elas: marginalização, assistencialismo e educação/reabilitação.

Com a promulgação da LDB n.º 4.024/61 que em seu texto original, trata da educação de excepcionais que, por sua vez, passam a ter direito a educação regular e trouxe com essa implantação um grande avanço, pois estes grupos antes excluídos da escola passaram a ter como direito a educação escolar, indo além das barreiras do simples assistencialismo, da terapia ocupacional, da execução de trabalhos manuais, oportunizando a estas pessoas a inclusão social.

Tal inserção escolar foi de certo modo relativa, pois estes alunos passavam por uma espécie de treinamento, uma maneira de o aluno poder se enquadrar na educação regular e no convívio social. A escola permaneceu da mesma forma, dividida entre a educação regular e especial, com enfoque pedagógico apenas nas patologias.

Quando aconteceu a democratização no Brasil, as leis foram revistas e alteradas e com a criação da nova Constituição Federal de 1988, pode-se observar que os objetivos fundamentais partem do princípio da inclusão para todos, em seu Art. 3º podemos destacar o item III que aponta a redução das desigualdades sociais e o item V que destaca a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Tal avanço na legislação implantou a garantia do direito das pessoas com deficiência, tratando-as com igualdade.

No ano de 1994 foi então elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, um documento que trouxe novos objetivos para prover diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social, este é considerado mundialmente o documento mais importante no que tange ao movimento de inclusão social.

A Declaração de Salamanca de 1994 estabelece que a escola inclusiva seja aquela escola que abrange muitas outras necessidades educacionais especiais como as crianças que são excluídas pela sua cor, religião, peso, altura, limitações temporárias ou permanentes, repetentes, abusadas, que sofreram violação física ou emocional, as que são obrigadas a trabalhar, moram na rua ou longe da escola, vivem condição de pobreza, desnutridas, vítimas de guerra ou conflitos armados, têm altas habilidades e as que, por qualquer motivo, estão fora da escola, como as que estão recebendo atendimento hospitalar.

A Declaração de Salamanca colaborou para que esses fatores de exclusão fossem abordados, discutidos e trabalhados permitindo que todas as crianças tenham o direito de aprender.

A escola inclusiva tem o dever de adaptar-se ao aluno de inclusão, e não ao contrário, tem que ser uma escola aberta e de ações concretas.

[...] As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança na perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (MANTOAN, 1997, p.121).

O novo desafio da educação inclusiva é trabalhar a diversidade, evitando preconceitos e discriminação. Sobre esse novo paradigma da educação inclusiva Sasaki conclui:

[...] Pelo paradigma da inclusão, oferecemos uma educação de qualidade sem excluir nenhum aluno, atendemos a diversidade humana presente no mesmo espaço escolar e, para isso, respondemos ao estilo de aprendizagem e às múltiplas inteligências de cada aluno (SASSAKI, 2002, p.179).

É importante citar também as diferenças de conceitos de deficiências e necessidades especiais, mas, atualmente de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº2), ficaram esclarecidas que são dois termos diferentes, como, pessoas com deficiência apresentam necessidades especiais, porém nem todas as pessoas com necessidades especiais têm deficiência.

No ano de 2001 foi assinado o Decreto nº 3.956 (Convenção de Guatemala) que pôs fim às interpretações confusas que ainda permearam a LDB, tornando transparente a impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO FUNDAMENTAL**

A aprovação da Lei de Diretrizes Educacionais - LDB (Lei 9.394/96) estabeleceu, entre outros princípios, o de "igualdade e condições para o acesso e permanência na escola" e adotou nova modalidade de educação para "educandos com necessidades especiais." A partir de então, as discussões sobre a Inclusão vem crescendo, tanto no meio acadêmico quanto na sociedade, carregando ainda muitos sentidos contrários.

O Ensino Fundamental é um dos níveis da Educação Básica no Brasil, ele é obrigatório, gratuito, portanto, um direito humano e não se podem privar pessoas em idade escolar dele, mantendo-os unicamente em escolas ou classes especiais, ferem a convenção e a Constituição. Na LDB de 1996, no artigo 58, verifica-se que as escolas e os centros de educação infantil devem atender, sem discriminação, as crianças desde zero ano de idade e ainda de acordo com

a LDB em vigor (1.996), no artigo 59, os locais de ensino devem proporcionar ao educando com necessidades especiais todos os recursos para o seu desenvolvimento, assim como profissionais com formação suficiente para o atendimento especializado e para a integração desses educandos nas classes comuns.

## **APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DO ALUNO PORTADOR DE SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO FUNDAMENTAL**

O Ensino Fundamental é um marco na vida de todas as crianças, pois, trata-se de uma vivência escolar totalmente diferente da Educação Infantil. As brincadeiras tem um ritmo menor, os conteúdos e a quantidade de disciplinas aumentam, o intervalo é bem diferente e o aluno passa a conviver com outros de diversas idades. Tornando-se muitas vezes uma fase bastante difícil na vida de qualquer criança, seja ela portadora de síndrome de Down ou não.

O Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) constatou que crianças que conviveram com crianças com algum tipo de limitação ou deficiência tornaram-se crianças que respondem mais positivamente quando são confrontadas com questões que envolvem diversidade e inclusão, diferente das crianças que conviveram com homogeneidade em sala de aula.

Os alunos considerados com habilidades e desenvolvimento normais de aprendizagem contribuem no aprimoramento comportamental, social e emocional dos alunos com Síndrome de Down.

Todo aprendizado e desenvolvimento escolar depende muito das interações entre os alunos, professores e todos os demais funcionários que compõe o ambiente escolar e cabe ao professor intermediar e propor situações que envolvam as crianças de modo integral, evitando a segregação ou a exclusão, estimulando sempre a troca entre os alunos. A inclusão de alunos com Síndrome de Down apresenta um padrão específico e individual de aprendizagem, apresentando algumas dificuldades de acordo com o grau relativo à síndrome, podendo necessitar de um apoio extra durante sua permanência na escola.

É necessário que o professor lance mão de estratégias que encorajem a aprendizagem através de trabalhos em equipe, desenvolvam habilidades práticas, ensine a respeitar as normas escolares, encoraje a responsabilidade e a independência do aluno.

A idade cronológica é diferente da idade funcional nas crianças com síndrome de Down, por essa razão, não se pode esperar a mesma resposta em relação à resposta das crianças sem a síndrome. Tal deficiência tem sua explicação nas lesões cerebrais e desajustes funcionais do

sistema nervoso, mas o professor pode trabalhar para que haja um efetivo desenvolvimento desse aluno, conforme diz Schwartzman:

[...] O fato de a criança não ter desenvolvido uma habilidade ou demonstrar conduta imatura em determinada idade, comparativamente a outras com idêntica condição genética, não significa impedimento para adquiri-la mais tarde, pois é possível que madure lentamente. (SCHWARTZMAN, 1999, p. 246).

É uma característica comum em crianças com síndrome de Down ter períodos de concentração com ritmos menores que os demais alunos, tendo dificuldade em assimilar duas coisas ao mesmo tempo, por exemplo, copiar e ouvir o professor ao mesmo tempo. Distraíndo-se facilmente entre as sobreposições das atividades. É necessário que o professor estruture uma rotina diária, isso facilitará a aprendizagem do aluno, favorecendo que ele conheça e reconheça melhor o ambiente escolar.

O apoio adicional para o aluno com síndrome de Down é de responsabilidade de toda a equipe escolar e deve acontecer de forma planejada, incluindo a família e os médicos, terapeutas, psicólogos ou quaisquer que sejam os meios de auxílio ao desenvolvimento deste aluno, especificando quais objetivos se pretendem alcançar em relação à aprendizagem, motivando sempre este aluno a raciocinar no mesmo sentido de seus colegas.

A pedagogia educacional que se propõe a incluir é aquela que constrói um sistema de ensino flexível, permitindo que todo aluno desenvolva suas habilidades a partir de critérios próprios.

A tarefa de transformar um trabalho do professor antes realizado de forma isolada para um que priorize a colaboração não é uma missão fácil de ser executada, pois, a maioria das escolas parte de uma cultura individualista em sua estrutura organizacional. É preciso que a escola reformule seu currículo, criando um plano que aborde quais os obstáculos que estarão vinculados a esse desenvolvimento e quais os entraves identificados ao trabalho colaborativo.

A figura do professor dentro deste contexto é de suma importância, pois o professor é o mediador e desenvolvedor das ações práticas direcionadas ao processo de inclusão, ele irá trabalhar em sala de aula com os fatores das diferenças e preconceitos, lidar com as expectativas e dores dos familiares do aluno portador de necessidades especiais, com os objetivos alcançados pelo aluno bem como lidar com suas limitações. A Família e a escola também desempenham um papel muito importante, que complementam no processo de desenvolvimento e integração do aluno ao longo do seu percurso.

Ainda em relação ao professor, Almeida (2000) recomenda que:

[...] desenvolver a capacidade sensorial, física e auditiva do deficiente irá ajudá-lo na adaptação social, ao se demonstrar habilidade, adquire-se respeito e, por consequência, ganha-se autoconfiança. Assim, ele poderá interagir com seu meio social de maneira segura e independente. Esses aspectos serão de grande valia para o deficiente durante toda a vida. Afinal, sentir-se importante é fundamental para qualquer pessoa (ALMEIDA, 2002, p. 36-37).

Na visão inclusiva, em uma escola de qualidade, os professores não podem duvidar das possibilidades de aprendizagem dos alunos, nem prever quando esses alunos irão aprender independente se são alunos portadores de necessidades especiais ou não, todos em algum momento de nossa vida precisaremos de um auxílio.

A deficiência de um aluno também não é razão para que o professor abstenha-se de proporcionar-lhe o melhor de sua prática de ensino, como também não deve manter um ensino segregado, com atividades que discriminam e finjam ser adaptadas ao entendimento do aluno.

Um grande fator a ser considerado é o da acessibilidade, temos em vista que a realidade encontrada nas escolas é totalmente diferente do que na realidade deveria ser. A escola tem que se adaptar às novas mudanças, oferecendo uma estrutura favorável com no mínimo a oferta de rampas de acesso a cadeirantes e banheiros modificados e adaptados, que facilitarão ao aluno percorrer todo o ambiente escolar assim como os demais, pois, de acordo com o Seminário Internacional do Consórcio da Deficiência e do Desenvolvimento (*International Disability and Development Consortium - IDDC*) sobre a educação inclusiva, realizado em março de 1.998 em Agra, na Índia, um sistema educacional só pode ser considerado inclusivo quando abrange a definição ampla deste conceito.

Em 2.003 foi iniciado um programa pelo Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial, direito à diversidade, que tem como objetivo geral garantir o acesso de todas as crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais ao sistema educacional público, bem como disseminar a política de construção de sistemas educacionais inclusivos e apoiar o processo de implementação nos municípios brasileiros, preparando gestores e educadores para a educação inclusiva e sensibilizando a comunidade e a sociedade em geral. Este programa disponibiliza mobiliários, materiais pedagógicos e equipamentos para que sejam utilizados nas salas de recursos para a viabilização dos atendimentos na rede pública de ensino.

O processo de estimulação inicial cabe ao professor, sendo fator determinante para o desenvolvimento das atividades em sala de aula, desenvolvendo e ampliando nesses alunos habilidades que permitirão que exerçam sua cidadania e se realizem profissionalmente. A educação Inclusiva reflete então, em uma troca mútua de aprendizagem, um trabalho em conjunto que proporcionará uma educação de qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou ressaltar a importância da inclusão nas escolas, pois a escola é a primeira instituição social ao qual somos apresentados, pois, traçam objetivos a serem cumpridos como a transmissão de conhecimento e a criação sistematizada da cultura, que faz parte do resultado da vivência e interferência humana, que tem o poder transformador de mudar a realidade e como a si mesmo. Para que o educador possa contribuir com a construção de uma educação efetivamente inclusiva, é necessário acrescentar o fazer pedagógico, focando em uma aprendizagem contextualizada que potencialize o trabalho, as habilidades, as competências e as produções dos alunos na construção de seus conhecimentos.

A escola deve oferecer um ambiente escolar polissêmico, ou seja, amplo em estímulos e na participação dos alunos, facilitando o seu desenvolvimento potencial e atendendo às suas necessidades educacionais específicas. É necessário reconstruir imediatamente os procedimentos de ensino comumente envolvidos nos processos de conhecimento, propondo a abertura ao novo, a novas formas de entender as pessoas e valorizá-las, respeitando o ser humano em todas as suas limitações.

O papel do professor deve ser então, mais do que nunca, o de possibilitar essa nova maneira de construir o conhecimento, reinterpretando o seu papel e transformando-se de fato em mediador, formando cidadãos críticos e autônomos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. C. **Surdez, paixão e dança**. São Paulo; Olho D'água, 2000.

BISSOTO, M. L. **Desenvolvimento Cognitivo e o Processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas emocionais**. Ciência e Cognição, v.8, p80-88, 2005. Disponível em <<http://cienciaecognicao.org>> Acesso em 03 abr. 2015.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001.

GOUVÊA, D. H.; FELIX, M. A. **Síndrome de Down: Contextualização e a Socialização como método facilitador da educação inclusiva**. 34 fl. Monografia. Pós-Graduação em

Educação Inclusiva. Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa da Paraíba, Itaporanga D'ajuda, 2009.

MANTOAN, M. T. E. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **Ensinando a turma toda.** Pátio-Revista Pedagógica, ano V, n.20, p.18-23, fev./abr.2002.

MANTOAN, M. T. E. **O Desafio das Diferenças nas Escolas.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.152p.

MAZZOTTA, Marcos José da S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** 2 ed. São Paulo: Cortez,1996.

PORTAL EDUCAÇÃO.

<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/44283/dificuldades-de-aprendizagem-do-portador-de-sindrome-de-down###ixzz3XacZZ6hD>

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro, 2002.174p.

SCHWARTZMAN, J. S. (Ed.) (1999). **Síndrome de Down.** São Paulo: Memnon.